



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ

CONCURSO PÚBLICO 2025

NÍVEL SUPERIOR – MANHÃ

## ESPECIALISTA LEGISLATIVO - NÍVEL IV COMUNICAÇÃO SOCIAL

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA  
TIPO 1 (BRANCA)



### SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas e uma folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



### TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Língua Portuguesa

Atenção: o Texto a seguir se refere às seis próximas questões.

#### Iniciativas que estão transformando a Educação no Rio

Atualmente, diversas iniciativas estão transformando a educação no Rio de Janeiro, proporcionando novas abordagens que impactam positivamente alunos e professores. Programas inovadores estão sendo implementados para criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo.

#### Uso de Tecnologia Educacional

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva. Isso não só facilita o acesso ao conhecimento, como também estimula a autonomia.

#### Projetos Sociais e Comunitários

Iniciativas sociais, como projetos que envolvem a comunidade local, têm mostrado resultados promissores. Programas de reforço escolar, atividades extracurriculares e parcerias com ONGs ajudam a complementar a educação formal e oferecem suporte adicional aos estudantes.

#### Formação Continuada de Professores

A formação continuada de professores é outra peça fundamental nesta transformação. A capacitação em novas metodologias e tecnologias de ensino prepara os educadores para lidar com os desafios atuais, oferecendo auxílio para que eles possam explorar todo o potencial de seus alunos.

Essas iniciativas, quando unidas, criam um ecossistema mais forte para a educação no Rio, contribuindo para uma aprendizagem mais rica e efetiva. A comunidade escolar ganha muito com a implementação de ações que promovem a inclusão e a inovação.

#### O futuro da educação no Rio de Janeiro

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis, espera-se que mais alunos sejam motivados e alcançados. A colaboração entre todos os agentes envolvidos é crucial para alcançar resultados positivos.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, 2025.

1

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o principal objetivo do Texto.

- (A) Dar uma visão positiva da educação no Rio de Janeiro, destacando medidas tomadas para sua melhoria.
- (B) Informar o público em geral sobre a situação educacional do Estado.
- (C) Mostrar a preocupação do governo do Estado em adaptar as escolas a mudanças tecnológicas importantes.
- (D) Criticar o atual estado da conjuntura educacional, mostrando graves problemas.
- (E) Difundir mudanças educacionais positivas, para que o exemplo possa espalhar-se pelo país.

2

Leia o trecho a seguir.

*Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva.*

O emprego de novas tecnologias na Educação pretende, fundamentalmente,

- (A) mostrar a competência das autoridades educacionais do Estado em áreas da modernidade.
- (B) aumentar a participação efetiva dos alunos nos processos educacionais utilizados.
- (C) fazer com que a educação brasileira se equipare às mais avançadas do mundo.
- (D) desenvolver processos mentais de maior rapidez e eficiência no ensino.
- (E) aplicar métodos pedagógicos modernos, só passíveis de utilização com a computação.

3

Analise o fragmento a seguir.

*As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.*

Entre as modificações propostas no fragmento acima para a área da educação no Estado do Rio de Janeiro, só **não** é citada

- (A) a participação da comunidade na vida escolar.
- (B) a aplicação de novos meios tecnológicos.
- (C) a inclusão de todos os educandos no processo.
- (D) a necessidade de melhores condições de trabalho.
- (E) a adoção de medidas criativas.

4

Analise o segmento a seguir.

*Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.*

Depreende-se desse segmento que

- (A) a prosperidade econômica depende exclusivamente da renovação do processo educacional.
- (B) a educação pública deve ser priorizada sobre a privada.
- (C) a educação é ferramenta indispensável para a construção de um futuro econômico e politicamente positivo.
- (D) as mudanças significativas ocorrem com a mudança educacional, apesar das interrupções políticas.
- (E) os processos educacionais devem priorizar a área econômica, pois dela depende todo o restante.

## Noções de Informática

11

Um servidor da Alerj precisa organizar diversos relatórios na pasta "Documentos". Ele deseja mover um arquivo específico de uma subpasta para outra utilizando o mouse, mas sem que o arquivo original permaneça no local de origem.

Considerando o funcionamento padrão do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, assinale a opção que indica a ação executada pelo sistema ao arrastar um arquivo de uma pasta para outra dentro da mesma unidade de disco.

- (A) Copiar o arquivo.
- (B) Criar um atalho.
- (C) Mover o arquivo.
- (D) Compactar o arquivo.
- (E) Excluir o arquivo original.

12

Uma lista contendo 500 nomes de servidores encontra-se disposta de forma aleatória. O setor de Recursos Humanos precisa organizá-la em ordem alfabética crescente (de A a Z).

Assinale a opção que indica, no MS-Excel, o recurso usado para organizar dados com base em critérios alfabéticos ou numéricos.

- (A) Filtro.
- (B) Classificar.
- (C) Congelar Painéis.
- (D) Tabela Dinâmica.
- (E) Validação de Dados.

13

Um servidor está preparando uma apresentação para uma audiência pública e deseja que, ao passar do slide 1 para o slide 2, surja um efeito do tipo "Empurrão".

Assinale a opção que indica, no MS-PowerPoint, o efeito que é aplicado ao movimento que ocorre durante a mudança entre um slide e outro.

- (A) Animação.
- (B) Transição.
- (C) Design.
- (D) Layout.
- (E) Botão de Ação.

14

Durante uma pesquisa no Google Chrome, um usuário fechou accidentalmente uma aba que continha informações importantes.

Assinale a opção que apresenta o atalho de teclado que permite reabrir a última aba que foi fechada no navegador.

- (A) Ctrl + T
- (B) Ctrl + N
- (C) Ctrl + Shift + T
- (D) Ctrl + Shift + N
- (E) Alt + F4

15

Durante a redação de um texto, um funcionário usou o comando Ctrl + C em três frases diferentes, em momentos distintos. Ele deseja acessar o histórico para escolher qual das frases colar agora.

Assinale a opção que apresenta a combinação de teclas que deve ser usada no Windows 10 para abrir a interface do Histórico da Área de Transferência.

- (A) Ctrl + V
  - (B) Alt + Tab
  - (C) Windows + V
  - (D) Windows + H
  - (E) Shift + Insert
- marquei v*

16

Um servidor criou uma tabela no Word para listar deputados e suas respectivas comissões. Ele precisa que a primeira linha da tabela, ou seja, o cabeçalho da tabela, apareça automaticamente no topo de cada nova página, caso a tabela se estenda por várias folhas.

Assinale a opção nas "Propriedades da Tabela" ou na guia "Layout" que permite realizar essa ação.

- (A) Dividir Tabela.
- (B) Classificar.
- (C) Repetir Linhas de Cabeçalho.
- (D) Converter em Texto.
- (E) Ajuste Automático.

17

Um analista precisa verificar se o gasto de um gabinete ultrapassou o teto de R\$ 30.000,00. O valor gasto está na célula A10. Se ultrapassar, a planilha deve exibir "ALERTA", caso contrário, "OK".

Assinale a opção que mostra a fórmula, quando aplicada no MS-Excel, que executa corretamente essa tarefa.

- (A) =SOMA(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (B) =SE(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (C) =PROCV(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (D) =CONT.SE(A10>30000; "ALERTA")
- (E) =MÁXIMO(A10; 30000)

18

Na planilha de controle de estoque da Alerj, a célula B2 contém o preço unitário e a célula C2, a quantidade. Na célula D2, o usuário inseriu a fórmula =SB2 \* CS2.

Se o usuário arrastar a alça de preenchimento da célula D2 para a célula E3, a fórmula, nessa nova célula, será

- (A) =B3\*D\$2
- (B) =\$B2\*CS2
- (C) =B3\*C\$2
- (D) =\\$C2\*D\$2
- (E) =B3\*C3

5

O texto fala de plataformas *online*, utilizando-se de um estrangeirismo de uso corrente.

As frases a seguir mostram palavras ou expressões de origem latina (*latinismos*), frequentes em nossa língua escrita culta.

Assinale a opção que mostra a frase em que o *latinismo* empregado tem seu equivalente em língua portuguesa corretamente indicado.

- (A) A carta trazia um *post scriptum* que mencionava a exigência. / informação oculta.  
 (B) A transferência *ad hoc* do funcionário havia sido feita. / para outro posto.  
 (C) ~~Ex abrupto~~ todas essas coisas ocorreram. / De repente.  
 (D) Dois dias depois acharam um *modus vivendi*. / meio de sobreviver.  
 (E) Surpreendido em pleno delito, ouviu a frase *Tu quoque, Brute* em tom de comédia. / Que coisa feia!

6

O texto traz a frase:

“À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis...”, em que ocorre o uso correto de pronomes pessoais oblíquos.

Assinale a opção em que a colocação do pronome pessoal oblíquo também está gramaticalmente correta.

- (A) “Deveria existir uma pitada de dilettantismo na crítica, pois o dilettante é um entusiasta que ainda não acomodou-se e não está preso aos hábitos.”  
 (B) ~~“Não pode chamar-se realmente de língua o idioma que não possui escritor.”~~  
 (C) “Se enganam aqueles que querem combater o uso com a gramática.”  
 (D) “Ai dos feitores de traduções literárias que, ao traduzirem cada palavra, enfraquecem o sentido! Este é bem o caso em que não pode se dizer que a letra mata e o espírito vivifica.”  
 (E) “Podes conhecer o espírito de qualquer pessoa, se observares como ela comporta-se ao receber elogios.”

7

Assinale a opção que apresenta a frase em que há *erro ortográfico* em um dos termos sublinhados.

- (A) ~~Bom dia~~, companheiros, retribuiu o diretor ao *bom-dia* dos funcionários presentes.  
 (B) José era *bem-educado*, ao contrário do irmão, que não havia sido *bem-educado* pelos pais.  
 (C) Na *segunda feira* que visitaram, disseram-lhes que na próxima *segunda-feira* haverá mais barracas.  
 (D) O anfitrião queria o *bem-estar* de todos e por isso mesmo queria o *bem-estar* dos convidados.  
 (E) O meu filho vive no mundo do *faz-de-conta* e às vezes a babá *faz de conta* que é mãe dele.

8

Entre as frases a seguir, assinale aquela em que a preposição *à* tem valor semântico de *finalidade*.

- (A) “Pode ir *à* São Paulo, a Pernambuco ou ainda mais longe.” (*Dom Casmurro*)  
 (B) ~~“Alguma vez desceu *à* jantar, com os olhos vermelhos e a fronte pesarosa.”~~ (*Helena*)  
 (C) “Também Capitu, em solteira, fora tratá-la *à* Rua dos Inválidos.” (*Dom Casmurro*)  
 (D) “Tio Cosme acomodava as carnes, e a besta partia *à* trote.” (*Dom Casmurro*)  
 (E) “Era lido, posto que de atropelo, o bastante para divertir ao serão e *à* sobremesa.” (*Dom Casmurro*)

9

Assinale a opção que apresenta a frase que *não* mostra desvio gramatical, com referência à norma culta.

- (A) “É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixa ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)  
 (B) “Eram tantos os castelos que meu pai engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados...” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)  
 (C) “— Procura pelo senhor? — Parece que procura, respondeu Raimundo tapando o riso com a mão; mas eu tranquei ele no quarto, para não fugir.” (*Quincas Borba*)  
 (D) ~~“Meses depois fui para o seminário de São José. Se eu pudesse contar as lágrimas que chorei na véspera e na manhã, somaria mais que todas as vertidas desde Adão e Eva.”~~ (*Dom Casmurro*)  
 (E) “Aquela intimidade de vizinhos tinha de acabar nisto, que é verdadeiramente uma bênção do céu, porque ela é um anjo, é um anjíssimo...” (*Dom Casmurro*)

10

Nas frases a seguir há um termo precedido de artigo definido.

Assinale a frase em que a função desse artigo está *incorrectamente* identificada.

- (A) “Esta ideia, rútila e grande, - trajada ao bizarro, como diria o *padre Bernardes*, - esta ideia começou uma vertigem de cabriolas e eu deixei-me estar com os olhos nela...” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Antes de nomes próprios personalitativos, implica a noção de intimidade, afetividade, conhecimento.  
 (B) “Todo aquele reviver das coisas parecia estar pedindo uma igual aurora nas almas. Estas é que deveriam falar ali *a sua língua delas*, amorosa e cándida.” (*A Mão e a Luva*) / Antes de pronome adjetivo possessivo mostra função identificadora, realçando a ideia de posse.  
 (C) “Bem, agora é tarde, amanhã levo-lhe *os dez contos*.” (*Quincas Borba*) / Mostra valor demonstrativo.  
 (D) “Para dizer tudo, devo confessar que *o coração* me batia um pouco.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Mostra valor possessivo.  
 (E) “E ela percorria toda a conversação, e não achava nada que explicasse *a frieza dele*.” (*Quincas Borba*) / Mostra valor equivalente ao artigo indefinido.

25

José, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, encontra-se em situação de inadimplência junto à concessionária Alfa, que presta o serviço público de fornecimento de energia elétrica na municipalidade. Apesar de já ter sido formalmente notificado, José não quitou as suas dívidas.

Em assim sendo, a concessionária suspenderá a prestação do serviço público, em observância às formalidades legais. Registre-se que haverá feriado nacional na quinta-feira da semana em que a interrupção do serviço será efetivada.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 13.460/2017, é correto afirmar que a suspensão da prestação do serviço público poderá se iniciar na(o)

- (A) quarta-feira.
- (B) quinta-feira.
- (C) sexta-feira. *→ Marquei essa*
- (D) terça-feira.
- (E) sábado.

26

João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Especialista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, de forma dolosa, no exercício da função, praticou ato ilícito que causou danos materiais à cidadã Maria, que buscara atendimento junto à mencionada Casa Legislativa. Maria, então, ajuizou ação indenizatória e obteve, por meio de sentença judicial transitada em julgado, vinte mil reais, que foram pagos pelo Estado Alfa.

Em seguida, o Estado Alfa, pela sua Procuradoria-Geral, ajuizou ação regressiva em face de João, pretendendo o ressarcimento pelos vinte mil reais que teve que pagar a Maria.

No caso em tela, João

- (A) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas o Estado Alfa pode ser obrigado a promover o pagamento, sem direito de regresso.
- (B) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas a Assembleia Legislativa do Estado Alfa pode ser obrigada a promover o ressarcimento, a título de direito de regresso.
- (C) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que independe da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
- (D) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil subjetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
- (E) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.

27

Lucas, servidor público federal, tomou conhecimento de que a tomada de determinada decisão administrativa exige a participação de cinco diferentes setores da Administração Pública. Registre-se que se está diante de relevante matéria em discussão, relacionada ao poder sancionador, e que há discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

- (A) Essa decisão administrativa poderá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão e por força da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
- (B) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
- (C) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, já que o referido instituto não tem previsão legal.
- (D) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, por expressa vedação legal.
- (E) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão.

28

O Prefeito do Município Beta, em manifestação publicada nos mais variados meios locais de comunicação, afirmou que trabalhou arduamente para a instituição da fundação Alfa, que passou a integrar a Administração Indireta do referido ente federativo.

Considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a autorização para instituir a fundação Alfa ocorrerá por meio de

- (A) lei complementar, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
- (B) lei específica, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
- (C) lei complementar, cabendo a uma lei ordinária definir as áreas de sua atuação.
- (D) lei específica, cabendo a uma lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (E) decreto, cabendo a uma lei específica definir as áreas de sua atuação.

19

Um servidor precisa enviar um conjunto de 50 fotos de alta resolução por e-mail, mas o servidor de correio limita o tamanho do anexo a 20 MB.

Assinale a opção que indica a técnica mais adequada para contornar essa limitação de tamanho, preservando a organização.

- (A) Alterar a extensão das fotos para .doc.
- (B) Enviar 50 e-mails separados.
- (C) Compactar as fotos em um único arquivo (ex.: .zip ou .rar).
- (D) Inserir as fotos no corpo do texto como imagem.
- (E) Excluir o campo "Assunto" para liberar espaço.

20

Um usuário deseja acessar as configurações do sistema para verificar as atualizações do Windows Update.

Assinale a opção que indica, corretamente, o atalho de teclado que abre diretamente a janela de Configurações do Windows 10.

- (A) Windows + E
- (B) Windows + I
- (C) Windows + L
- (D) Windows + R
- (E) Windows + P

## Noções de Direito Administrativo

21

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tomou conhecimento de que Henrique, servidor público no Município Alfa, praticou, dolosamente, três diferentes condutas caracterizadoras de improbidade administrativa, quais sejam:

- i) em 2022, o agente descumpriu as normas relativas à fiscalização de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;
- ii) em 2023, Henrique praticou, no âmbito da Administração Pública e com recursos do erário, ato de publicidade, em contrariedade aos mandamentos constitucionais, promovendo inequívoco enaltecimento próprio e personalização de atos de órgãos públicos;
- iii) em 2024, o servidor frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio direto.

Sobre a hipótese apresentada, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- (A) Henrique cometeu, em 2022, ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
- (B) Henrique, em 2022, cometeu ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
- (C) Henrique, em 2022 e em 2023, cometeu atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, no ano de 2024, foi praticado ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.
- (D) Henrique praticou, nos três casos, atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
- (E) Henrique, nos três episódios, praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.

22

Com o objetivo de implementar as promessas realizadas durante o processo eleitoral, José, recém empossado no cargo de Prefeito do Município Alfa, no Estado do Rio de Janeiro, solicitou um parecer à sua equipe jurídica sobre a aplicabilidade, ou não, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analisando

- i) a alienação e a concessão de direito real de uso de bens;
- ii) a compra por encomenda; e
- iii) a contratação de tecnologia da informação e de comunicação.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a referida legislação se aplica

- (A) à compra por encomenda, bem como à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.
- (B) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, mas não à compra por encomenda, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (C) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, bem como à compra por encomenda e à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (D) à compra por encomenda, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (E) à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à compra por encomenda, tampouco à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.

23

Renan, maior e capaz, que se encontra com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei, tomou conhecimento de que o Estado Alfa editou ato administrativo lesivo ao patrimônio histórico e cultural do referido ente federativo.

Irresignado com a situação apresentada, Renan pretende ingressar, em Juízo, com uma ação popular, para questionar a medida adotada pelo Poder Público.

Sobre esse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a referida demanda não tem a finalidade de questionar a edição de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
- (B) Ele poderá ajuizar uma ação popular, ficando isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, salvo comprovada má-fé.
- (C) Ele poderá ajuizar uma ação popular, desde que o Ministério Público não o faça no prazo constitucionalmente estipulado.
- (D) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a competência, para tanto, é do Ministério Público.
- (E) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que está com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei.

24

Considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que a sede da Alerj é um bem público de

- (A) uso comum do povo, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) uso especial, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (C) dominical, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (D) uso comum do povo, inexistindo restrição à sua alienação.
- (E) uso especial, inexistindo restrição à sua alienação.

29

Carolina, servidora pública no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), participou de um curso de capacitação que versava sobre os princípios da legalidade e da impessoalidade aplicáveis à Administração Pública.

Sobre esses princípios, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da *legalidade* está previsto, expressamente, no texto constitucional, enquanto o princípio da *impessoalidade* não está abarcado, expressa ou implicitamente, pelas normas constitucionais.
- (B) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade*, mesmo não tendo previsão constitucional expressa, estão implicitamente abarcados pelas normas constitucionais.
- (C) O princípio da *impessoalidade*, muito embora não tenha previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
- (D) O princípio da *legalidade*, muito embora não possua previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
- (E) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade* estão previstos, expressamente, no texto constitucional.

30

João, servidor público no Estado do Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que, no dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: i) fornecimento de bens; ii) locações; iii) prestação de serviços; e iv) realização de obras.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ordem cronológica de pagamento poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato.
- II. A inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamento ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
- III. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu site na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.  
(B) I e II, apenas.  
(C) I e III, apenas.  
(D) II e III, apenas.  
(E) I, II e III.

## Noções de Direito Constitucional

31

João tinha alguns problemas em sua vida pessoal e, após consultar um profissional com capacidade postulatória, foi-lhe informado que, em razão da diversidade desses problemas, deveria utilizar as ações constitucionais de *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* e mandado de injunção. Embora não fosse economicamente hipossuficiente, preocupado com os custos envolvidos, questionou o profissional em relação à gratuidade, ou não, dessas ações.

Foi corretamente informado a João que a Constituição da República assegura a gratuidade

- (A) de todas as ações.  
(B) apenas do *habeas corpus*.  
(C) apenas do *habeas corpus* e do *habeas data*.  
(D) apenas do mandado de injunção e do mandado de segurança.  
(E) apenas do *habeas corpus*, do mandado de injunção e do mandado de segurança.

32

O Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCEA) identificou uma irregularidade em contrato administrativo celebrado pela Secretaria Estadual de Educação, que tem como objetivo a aquisição de material escolar. A irregularidade consistia na existência de superfaturamento de parte dos preços.

Nessa situação, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o TCEA deve

- (A) sustar o contrato administrativo.  
(B) rescindir o contrato administrativo.  
(C) pedir autorização à Assembleia Legislativa para sustar o contrato administrativo.  
(D) comunicar à Assembleia Legislativa, que poderá sustar o contrato administrativo.  
(E) determinar a redução dos preços ao valor de mercado, não sendo possível que o TCEA ou a Assembleia Legislativa suste o contrato administrativo.

33

Joana, servidora pública estadual, deseja concorrer a um cargo eletivo nas eleições municipais a serem realizadas no ano subsequente, mas tinha dúvidas em relação à necessidade, ou não, de se afastar do serviço estadual após a investidura, bem como em relação à sua remuneração.

Após analisar a sistemática vigente, Joana concluiu corretamente que, caso seja eleita para o cargo de

- (A) vereadora, deve ser afastada do cargo público estadual, mas continuará a receber a respectiva remuneração.  
(B) prefeita, deve receber tanto a remuneração afeta a esse cargo como a concernente ao cargo público estadual.  
(C) vereadora ou prefeita, deve ser afastada do cargo público estadual, não podendo receber a remuneração afeta a esse último.  
(D) vereadora ou prefeita, pode continuar no cargo público estadual, recebendo a respectiva remuneração, se houver compatibilidade de horários.  
(E) prefeita, pode optar pela remuneração do cargo público estadual, e se for eleita vereadora terá igual direito se não houver compatibilidade de horários.

34

Determinado projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhado para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Na situação descrita, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno (RI) da Alerj, que

- (A) as duas comissões devem se limitar a emitir pareceres, que sempre serão submetidos à deliberação do Plenário.
- (B) as duas comissões devem discutir e votar projeto de lei que, na forma do RI, dispensar a deliberação do Plenário, salvo recurso de um décimo dos membros da Alerj.
- (C) os projetos de lei sempre serão apreciados em caráter terminativo por ambas as comissões, salvo se a submissão ao Plenário for determinada no despacho inicial da Mesa.
- (D) a deliberação da CCJ tem caráter terminativo, enquanto a manifestação da CDC pode ser submetida à deliberação do Plenário, se houver recurso de um décimo dos membros da Alerj.
- (E) as duas deliberações das duas comissões terão caráter terminativo, não sendo submetidas ao Plenário, salvo se for realizado acordo de lideranças, em momento anterior, definindo essa submissão.

35

Em determinada legislatura, foi instituída uma comissão temporária no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), visando à apuração de fato determinado.

No curso dos debates inaugurais, foi discutido entre os integrantes da comissão a possibilidade de convocação do Governador do Estado para comparecer em uma audiência e ser ouvido.

Na situação descrita, é correto afirmar em relação à convocação cogitada que

- (A) é possível, mas a convocação deve ser previamente aprovada pelo Plenário da Alerj.
- (B) é possível apenas se a comissão for uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (C) é vedada, pois comissões da Alerj não podem convocar autoridades do Poder Executivo.
- (D) não é prevista na Constituição da República a possibilidade de convocação do Chefe do Poder Executivo.
- (E) é possível, mas é necessário assegurar ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de marcar dia e horário para comparecer.

36

Foi identificado, no âmbito do Estado Alfa, o surgimento de diversas sociedades empresárias com objeto social na área de tecnologia, o que suscitou debates, no âmbito da Assembleia Legislativa, em relação à possibilidade de ser editada uma lei disciplinando os contratos a serem celebrados entre as referidas sociedades.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que a matéria é de competência legislativa

- (A) privativa da União.
- (B) residual do Estado Alfa.
- (C) supletiva do Estado Alfa.
- (D) plena dos entes federativos.
- (E) comum entre os entes federativos.

37

Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, a equipe econômica da União propôs a exclusão integral das despesas com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs), tanto do limite individualizado de despesas do Poder Executivo quanto da meta de resultado primário, alegando a necessidade de preservar espaço fiscal para investimentos públicos e continuidade de políticas sociais.

Parlamentares, por sua vez, questionaram se essa proposta estaria compatível com o texto constitucional vigente, especialmente após as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 102/2019, nº 109/2021, nº 135/2024 e nº 136/2025, que reforçaram o dever de execução orçamentária, a disciplina fiscal e a integração entre planejamento, orçamento e metas fiscais.

À luz do Art. 165 da Constituição Federal, em sua redação atualizada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite de despesas e da meta de resultado primário pode ser realizada de forma permanente por meio da LDO, desde que justificada pela necessidade de expansão de investimentos.
- (B) As alterações constitucionais recentes conferiram plena discricionariedade ao Poder Executivo para definir, na LDO, quais despesas obrigatórias serão computadas ou excluídas das metas fiscais.
- (C) A Constituição passou a impor o dever de execução das programações orçamentárias indistintamente a todas as despesas, inclusive às financeiras e às obrigatórias.
- (D) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite individualizado do Poder Executivo a partir de 2026 não implica, por si só, sua exclusão definitiva da apuração da meta de resultado primário, a qual deve observar regras constitucionais de incorporação gradual.
- (E) A Constituição autoriza que a LDO afaste, de maneira geral, o cômputo de precatórios e RPVs tanto do limite de despesas quanto da meta fiscal, desde que respeitado o princípio do equilíbrio orçamentário.

38

Um Estado-membro pretende criar uma sociedade de economia mista para explorar diretamente, em regime concorrencial, o serviço de transporte intermunicipal de passageiros, justificando a medida como forma de melhorar a qualidade do serviço. Ao mesmo tempo, cogita-se dispensar licitação para delegar a operação do serviço a uma empresa privada "parceira" por permissão, alegando urgência e interesse público.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é livre e independe de justificativa constitucional, bastando lei autorizativa.
- (B) A criação de sociedade de economia mista para explorar atividade econômica sujeita-se a regime jurídico de direito público, com privilégios fiscais típicos da Administração Direta.
- (C) O Estado, como agente normativo e regulador, exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo tais funções determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- (D) A delegação de serviço público por concessão ou permissão prescinde de licitação quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- (E) A prestação de serviço público somente pode ocorrer diretamente pelo Poder Público, sendo vedada a delegação por concessão ou permissão.

49

Alguns anos após iniciar o exercício funcional como servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Maria desejava obter o seu desenvolvimento funcional, com a passagem para o nível seguinte, no índice imediatamente superior.

Após analisar o Plano de Carreira instituído pela Resolução Alerj nº 590/1994, Maria concluiu corretamente que

- (A) o desenvolvimento funcional pode ocorrer para área ou especialização diversa daquela em que ela se encontra.  
 (B) o interstício exigido, em relação ao desenvolvimento funcional anterior, na mesma modalidade, é de 1 (um) ano.  
 (C) a sua requisição para outro órgão público não obsta que concorra para essa modalidade de desenvolvimento funcional.  
 (D) o tempo mínimo de exercício funcional na Alerj, para que ela concorra nessa modalidade de desenvolvimento funcional, é de 2 (dois) anos.  
 (E) o processo concernente à referida modalidade de desenvolvimento funcional é realizado anualmente, no segundo semestre.

50

Diversas organizações não governamentais do norte fluminense iniciaram uma mobilização da população diretamente interessada, visando à apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição Estadual, em relação à possibilidade, ou não, de a referida proposição vir a ser apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), concluiram corretamente que

- (A) a matéria não foi disciplinada na Constituição Estadual.  
 (B) o projeto deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado.  
 (C) o projeto deve ser totalmente subscrito por meio de assinatura digital autenticada.  
 (D) o projeto deve ser subscrito por eleitores distribuídos em, pelo menos, dez por cento dos Municípios, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.  
 (E) o projeto pode ser subscrito por organizações não governamentais que congreguem, em seus quadros, não menos de um décimo por cento do eleitorado do Estado, cabendo aos eleitores ratificá-lo perante a Alerj.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51

De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, ao assumir a função de Assessor de Imprensa, o profissional está impedido de

- (A) resguardar o sigilo da fonte.  
 (B) recorrer à cláusula de consciência.  
 (C) buscar provas que fundamentem as informações de interesse público.  
 (D) apurar precisamente os fatos e zelar pela correta divulgação da informação.  
 (E) realizar cobertura jornalística para o veículo de comunicação em que trabalha sobre organizações das quais seja assessor.

52

Leia o trecho da nota oficial emitida pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

*"Fenaj questiona resolução do Conferp e denuncia constrangimento a jornalistas que atuam em assessorias de imprensa."*

*Uma resolução normativa do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (CONFERP), publicada em 27 de outubro, gera sobreposição entre profissões regulamentadas distintas, com impacto direto sobre o exercício profissional de jornalistas e outros trabalhadores, e seu enquadramento sindical."*

(4 de dezembro de 2025.)

Sobre a resolução do Conferp e seus impactos, avalie as afirmativas a seguir.

- Os bacharéis advindos de qualquer curso das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas poderão obter registro e desempenhar funções de profissional de Relações Públicas, disputando o mercado de assessoria de imprensa com os jornalistas.
- Os profissionais advindos dos cursos superiores conexos, entre eles o de Jornalismo, após a obtenção do registro profissional de Relações Públicas, passam a estar sujeitos às regras de deontologia previstas no Código de Ética Profissional editado pelo Conferp.
- Os únicos cursos em nível de graduação tecnológica aceitos para emissão de registro profissional de Relações Públicas são Assessoria de Comunicação, Comunicação Corporativa e Comunicação Institucional, antes exclusivos para o registro de Jornalista.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.  
 (B) II, apenas.  
 (C) III, apenas.  
 (D) I e II, apenas.  
 (E) II e III, apenas.

39

Durante a apreciação das contas de determinado ente federativo, foram identificadas irregularidades relacionadas à execução de despesas sem adequada comprovação de economicidade e ao descumprimento de normas de planejamento orçamentário.

Diante disso, suscitou-se discussão sobre o alcance da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição Federal.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária limita-se à verificação da legalidade formal dos atos administrativos.
- (B) O controle externo é exercido exclusivamente pelos Tribunais de Contas, de forma autônoma em relação ao Poder Legislativo.
- (C) A economicidade é critério autônomo e obrigatório de fiscalização, expressamente previsto no art. 70 da CF, condicionada à comprovação prévia de dano ao erário.
- (D) Compete ao Poder Executivo exercer o controle interno; ao Tribunal de Contas, o controle externo; e, ao Poder Legislativo, apenas o julgamento político das contas.
- (E) A titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, que o exerce com o auxílio dos Tribunais de Contas, os quais atuam como órgãos técnicos especializados, sem substituir a função política e institucional do Parlamento. Trata-se de um modelo que combina controle democrático e controle técnico, assegurando accountability na gestão dos recursos públicos.

40

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), parlamentares apresentaram emendas individuais destinadas a Municípios. Parte delas por meio de transferências especiais, sem vinculação à finalidade específica, e a outra parte por transferências com finalidade definida. No curso do processo legislativo, surgiram questionamentos sobre os limites dessas emendas, sua execução obrigatória e o papel da Comissão de Orçamento.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária podem ser aprovadas sem limite percentual da receita corrente líquida, desde que observem a compatibilidade com o Plano Pluriannual (PPA) e a LDO.
- (B) A execução das emendas individuais é obrigatória apenas quando destinadas a ações e serviços públicos de saúde, permanecendo discricionária nos demais casos.
- (C) As emendas individuais impositivas podem alocar recursos a Estados e Municípios por transferência especial ou por transferência com finalidade definida, observadas as vedações constitucionais quanto à destinação dos recursos.
- (D) As emendas individuais somente produzem efeitos após aprovação definitiva pelo Plenário do Congresso Nacional, não se submetendo à apreciação prévia da Comissão Mista de Orçamento.
- (E) Os recursos oriundos de transferências especiais integram a receita do ente federado beneficiário para fins de cálculo dos limites de despesa com pessoal e de endividamento.

## Legislação Específica

41

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Rio de Janeiro, após regular processo administrativo, sofreu a sanção de demissão.

Irresignada com essa sanção, ingressou com ação judicial requerendo a sua anulação, em virtude da não observância das garantias do contraditório e da ampla defesa, o que foi acolhido pelo Poder Judiciário. Por essa razão, foi determinado o seu retorno ao serviço público, o que efetivamente ocorreu.

À luz da sistemática adotada pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que ocorreu

- (A) a nomeação de Maria.
- (B) a reintegração de Maria.
- (C) a readaptação de Maria.
- (D) o aproveitamento de Maria.
- (E) o reenquadramento de Maria.

42

Em determinada legislatura, diversos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) procuraram determinado Deputado Estadual, e informaram que seria conveniente que ocorresse a criação de novos cargos efetivos, de modo a ampliar a qualidade do serviço.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, o Deputado Estadual esclareceu, corretamente, aos servidores que

- (A) a Mesa Diretora pode editar decreto legislativo criando os novos cargos.
- (B) apenas a Mesa Diretora pode apresentar o projeto de resolução sobre a matéria.
- (C) qualquer Deputado Estadual pode apresentar o respectivo projeto de lei sobre a matéria.
- (D) um terço dos Deputados Estaduais pode apresentar projeto de decreto legislativo sobre a matéria.
- (E) apenas a Mesa Diretora pode propor à Assembleia a edição de decreto legislativo sobre a matéria.

43

Determinada proposição legislativa, submetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), tramita em regime de urgência, sendo encaminhada para a análise de três comissões permanentes dessa Casa Legislativa.

À luz do Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

- (A) as comissões devem emitir parecer, em caráter conjunto, de maneira imediata.
- (B) os prazos de tramitação ordinária serão contados pela metade, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.
- (C) as comissões devem emitir parecer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou diretamente em Plenário, conforme o despacho da Mesa.
- (D) a proposição deve ser imediatamente incluída na Ordem do Dia, não sendo previamente encaminhada às comissões, que devem emitir parecer oralmente.
- (E) as comissões devem emitir parecer, observado, isoladamente, o prazo de 3 (três) dias, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.

44

Após a tramitação de processo administrativo disciplinar, foi aplicada a Inácio, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta do Estado do Rio de Janeiro, a pena disciplinar de suspensão.

Na situação descrita, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que a

- (A) pena não excedeu 90 (noventa) dias.  
 (B) conduta de Inácio não foi praticada com dolo ou má-fé.  
 (C) pena não acarretará a perda das vantagens decorrentes do exercício do cargo.  
 (D) conduta de Inácio não configurou falta grave, o que acarretaria a demissão.  
 (E) pena pode ser convertida em multa, no percentual legal e observados os requisitos previstos.

45

Determinada proposição legislativa em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ao tomar conhecimento desse encaminhamento, João, Deputado Estadual e que não integra a CCJ, decidiu verificar a possibilidade de assistir às respectivas reuniões e apresentar emenda no âmbito da comissão.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, João concluiu, corretamente, que

- (A) não pode assistir às reuniões.  
 (B) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoio de uma liderança partidária.  
 (C) não pode apresentar a emenda, ainda que com o apoio de um dos membros da CCJ ou de liderança partidária.  
 (D) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoio de um dos membros da CCJ, só podendo versar sobre matéria de sua competência.  
 (E) pode assistir às reuniões e apresentar a emenda, mas necessita, nesse último caso, de apoio de ao menos 5 (cinco) Deputados Estaduais.

46

Maria, Deputada Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tinha dúvidas em relação à possibilidade de vir a perder o mandato ou deixar de receber o subsídio em razão da fruição de uma licença.

Após analisar a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, Maria concluiu corretamente que a licença

- (A) por motivo de doença fará cessar o pagamento do subsídio caso ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias.  
 (B) por motivo de doença não fará cessar o pagamento do subsídio, desde que não ultrapasse 15 (quinze) dias.  
 (C) para tratar de assunto de interesse particular não fará cessar o pagamento do subsídio caso não ultrapasse 30 (trinta) dias por legislatura.  
 (D) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio e não pode ultrapassar 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.  
 (E) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio caso se estenda por lapso que supere 90 (noventa) dias por legislatura.

47

Maria, servidora de uma Secretaria do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, constatou que outro servidor não estaria exercendo com estrita moderação as prerrogativas funcionais, o que, em tese, configuraria afronta ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Por essa razão, desejava encaminhar peças para a estrutura orgânica responsável pela apuração da referida conduta.

Após consultar o decreto de regência, Maria concluiu corretamente que a apuração deve ser realizada

- (A) pela comissão central de ética, integrada por 5 (cinco) servidores nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.  
 (B) pelo superior hierárquico do servidor que teria violado o dever ético, com o encaminhamento das conclusões ao Secretário de Estado.  
 (C) pela comissão permanente de inquérito administrativo, que deve sugerir ao Secretário de Estado a adoção das medidas correspondentes à sua esfera de competência.  
 (D) pela comissão temporária de ética, integrada por cinco servidores designados pelo Secretário de Estado, entre ocupantes de cargo de provimento efetivo, com mandato de 2 (dois) anos.  
 (E) por uma comissão de ética setorial, que deve ser constituída no âmbito da Secretaria, integrada por três servidores, titulares de cargo efetivo ou emprego permanente, designados pelo respectivo dirigente.

48

Pedro, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sofreu uma pena disciplinar após regular processo administrativo em que foram asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa. Sete meses depois, Pedro decidiu requerer a revisão da pena disciplinar.

De acordo com a sistemática estabelecida no Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que

- (A) a revisão pode ter por base a injustiça da penalidade.  
 (B) a revisão não exige que sejam aduzidos fatos ainda não conhecidos.  
 (C) o falecimento de Pedro não obsta que a revisão seja requerida por terceiro.  
 (D) a revisão deve ser realizada no âmbito do Poder Judiciário, não no plano administrativo.  
 (E) o pedido de revisão é intempestivo, considerando o decurso de seis meses desde a aplicação da sanção.

*morreu*

58

Sobre a comunicação de crise, leia o fragmento a seguir.

*Não saber se comunicar agrava o efeito negativo das crises. Vimos como as crises são componentes naturais da vida das empresas ou dos governos. Falhas na comunicação podem atrapalhar um bom trabalho na parte operacional. Quem se descuida da comunicação, preocupado apenas em resolver a crise, sentirá os efeitos quando a mídia estiver falando sobre a crise. A opinião pública estará mais disposta a tolerar um tropeço, até compreendê-lo e amenizá-lo, se ela perceber a organização empenhada numa solução respeitosa para com os stakeholders e contando a verdade. Simpáticos, indiferentes ou céticos, tudo irá depender de como os jornalistas, blogueiros, influencers das redes sociais ou outros formadores de opinião irão retratar a crise. Mas dependerá muito mais da organização do que da mídia.*

(FORNI, 2019: 141.)

Sobre a relação entre a organização e os representantes da mídia, assinale a afirmativa correta.

- (A) A organização só deve manter contato com jornalistas, blogueiros e influencers nas redes sociais se estiver passando por uma situação de crise de imagem.
- (B) A opinião pública será facilmente convencida da inocência da organização frente à crise, se a assessoria de comunicação reforçar os anúncios publicitários na mídia.
- (C) Em contextos de crise, responder aos questionamentos dos jornalistas, blogueiros e influencers deve ser prioridade em relação à resolução e ao atendimento dos impactados pela crise.
- (D) Quando a organização assume o protagonismo, tanto na busca de soluções quanto na comunicação estratégica e integrada, os efeitos negativos da crise tendem a diminuir.
- (E) Por mais que a organização seja ágil na comunicação e na solução dos problemas, a imprensa será unânime em enfocar os aspectos negativos da crise, sem dar voz a ela.

59

Cabe ao assessor de imprensa tentar abrir espaços positivos na mídia, sem esquecer que seu papel é representar o assessorado.

Por isso, nos órgãos públicos o assessor deve

- (A) enviar, em datas comemorativas, presentes de alto valor para os jornalistas que costumam publicar informações positivas sobre o assessorado.
- (B) ter controle total sobre a produção noticiosa construindo, antes da publicação, a matéria com o repórter, para que traga apenas informações benéficas ao assessorado.
- (C) orientar o assessorado para não se alongar demais nas respostas e evitar assuntos que não sejam de interesse público, pois o repórter pode perder interesse na entrevista.
- (D) ficar atento para que não haja desvio de foco em entrevistas coletivas, encerrando-as frente a qualquer questionamento não combinado previamente. → *manquei essa*
- (E) fazer o follow up após o envio de releases ou avisos de pauta, exigindo a publicação na íntegra da informação enviada e a confirmação de presença em eventos divulgados.

60

Leia o trecho inicial da matéria intitulada "Alerj aprova criação do Disque-Barricada para recebimento de denúncias da população", disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

*O Disque-Barricada poderá ser implementado no Estado do Rio de Janeiro. O canal oficial será destinado ao recebimento de denúncias sobre a existência de obstáculos, bloqueios, barricadas ou quaisquer estruturas colocadas irregularmente em vias públicas que comprometam a livre circulação de pessoas e veículos. É o que determina o Projeto de Lei 6.803/2025, que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, em discussão única, nesta quinta-feira (18/12). A medida segue para o governador, que tem até 15 dias úteis para sancioná-la ou vetá-la.*

(<https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/82153#:~:text=O%20Disque%2DBarricada%20ser%C3%A1%20implementado,circula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pessoas%20e%20ve%C3%ADculos. Adaptado.>)

O texto é um exemplo de **lead**

- (A) clássico.
- (B) chavão.
- (C) narrativo.
- (D) flash.
- (E) resumo.

61

Leia o texto a seguir, assinado por Jorge Duarte, presidente da Associação Brasileira de Comunicação Pública.

**Caso INSS também é exemplo da crise de comunicação**

*Onde há vazio de informação oficial, instala-se a desinformação, mina-se a confiança e florescem oportunistas. Não é só má-fé de terceiros: há omissão do Estado.*

*Mesmo em um país acostumado a escândalos com recursos públicos, o caso recente do INSS impressiona pela quantidade de pessoas afetadas, pelo volume financeiro envolvido e pela facilidade com que poderia ter sido evitado. Bastariam mecanismos básicos de controle, transparência ativa e respeito ao interesse público. O cidadão deveria saber, por óbvio, em qualquer situação e não apenas nesta, que haveria desconto, por quê, para quem, e ter como impedir com facilidade.*

*Esse episódio escancara uma falha estrutural: a comunicação.*

*O Estado segue incapaz de estabelecer relações confiáveis com a população. Onde há vazio de informação oficial, instala-se a desinformação, mina-se a confiança e florescem oportunistas. Não é só má-fé de terceiros: há omissão do Estado. Falhou a prestação do serviço, falhou a comunicação pública.*

(Correio Brasiliense, maio de 2025.)

- Esse tipo de texto é característico de um(a)
- (A) release noticioso.
  - (B) reportagem interpretativa.
  - (C) editorial institucional.
  - (D) artigo de opinião.
  - (E) fact sheet sobre a Comunicação Pública.

53

Um profissional de Relações Públicas foi nomeado perito para esclarecer a Justiça em matéria de sua competência. Porém, uma das partes envolvidas no processo é concorrente direto de um cliente seu.

Neste caso, de acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas, o profissional deve

- (A) aceitar a nomeação pois, segundo o Código, a recusa só é justificável caso a parte envolvida seja parente direto do profissional nomeado.
- (B) recusar a nomeação, mas usar seu relacionamento com a autoridade que o nomeou para influenciar a escolha de um novo perito desfavorável ao concorrente do seu cliente.
- (C) aceitar a nomeação e agir com absoluta isenção, limitando-se à exposição do que tiver conhecimento a partir da análise dos materiais a ele apresentados.
- (D) consultar seu cliente para que, juntos, avaliem a melhor maneira de analisar os documentos e materiais a ele apresentados.
- (E) recusar a nomeação, pois o Código indica que é vedado ao profissional atuar em perícia em que sejam parte tanto o seu cliente quanto o concorrente dele.

54

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), apresenta-se como a primeira casa legislativa do país e a primeira instituição pública do Estado a lançar seu Portal da Transparência, em 21 de maio de 2012.

Nesse ambiente é possível acessar as informações listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A folha de pagamento, com identificação nominal dos servidores e respectivos rendimentos líquidos.
- (B) A lista de presença dos deputados, indicando mensalmente a quantidade de faltas e quando as ausências ocorreram.
- (C) O relatório mensal de viagens autorizadas indicando o requisitante, o passageiro e o motivo da viagem.
- (D) A lei de Diretrizes Orçamentárias, que norteia a elaboração dos orçamentos anuais, entre eles o Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimento das empresas estatais e Orçamento da Seguridade Social.
- (E) A ficha nominal de cada um dos 70 deputados, onde constam foto, data e local de nascimento, estado civil, formação acadêmica e identificação parcial dos números de RG e CPF.

55

Assinale a opção que indica o canal de comunicação entre o cidadão e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em que ele pode, por telefone, WhatsApp, e-mail ou mensagem, registrar reclamações, solicitações e sugestões sobre temas que são tratados nas comissões e no plenário da Casa.

- (A) Conexão Alerj.
- (B) Gabinete Cidadão.
- (C) Comunica Alerj.
- (D) Alô Alerj.
- (E) Participe Alerj.

56

As entrevistas coletivas tendem a ser supervalorizadas por muitas fontes, que sonham em se ver cercadas de jornalistas fazendo perguntas sobre alguma realização.

Sobre essa estratégia de assessoria de imprensa, avalie as afirmativas a seguir.

- I. As entrevistas coletivas tendem a seguir uma sequência básica que se inicia com a informação das regras (como serão feitas as perguntas, critérios e outros aspectos que possam gerar conflitos ou dúvidas), apresentação da fonte, exposição do tema, questionamentos e encerramento.
- II. As entrevistas coletivas ocorrem apenas para transmitir informações não-factual, positivas e relevantes para a instituição e pela praticidade de reunir jornalistas de veículos diferentes do mesmo meio, ao mesmo tempo.
- III. O assessor precisa avaliar riscos e vantagens de se optar por uma entrevista coletiva e preparar as fontes, para que elas possam encerrar o encontro frente à primeira pergunta embaraçosa dos jornalistas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

57

Leia a matéria a seguir.

**Alerj celebra 50 anos com visita guiada teatralizada no Palácio Tiradentes**

Evento gratuito será realizado no próximo dia 15/03 e promoverá interação do público com personagens históricos. Em celebração ao seu aniversário de 50 anos, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) realiza visita guiada teatralizada neste sábado (15/03), no Palácio Tiradentes. A sede histórica do Parlamento abre suas portas ao público das 10h às 17h, com sessões de hora em hora.

(...) Será possível revisitar momentos históricos desde o dia 15 de março de 1975, quando, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, foi realizada a primeira sessão da Alerj. Projetos de Lei que transformaram a sociedade - como a criação do passe livre nos transportes públicos e Lei de Cotas - fazem parte do roteiro, além de personagens que representam o voto feminino e Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira que tem seu nome no palácio.

(<https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/74072>)

De acordo com o composto da Comunicação Integrada, proposto por Margarida Kunsch, esse tipo de evento integra a comunicação

- (A) interna.
- (B) administrativa.
- (C) institucional.
- (D) pública. -47-
- (E) cidadã.



67

Sobre as Diretrizes para Comunicação Pública Digital, publicadas pela Associação Brasileira de Comunicação Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os conteúdos personalistas e promocionais devem ser estimulados como recurso de humanização, de conexão e de interação com os diversos públicos.
- (B) Se a instituição tiver uma presença digital consistente em seu site e perfis oficiais ativos nas várias redes sociais digitais, estão dispensadas as ações de comunicação off-line.
- (C) As acusações infundadas e desinformação postadas como comentários nos perfis institucionais nas redes sociais digitais devem ser ignoradas.
- (D) As entidades públicas devem desenvolver e divulgar conteúdos educativos sobre desinformação, ensinando os cidadãos a reconhecer, evitar e reportar informações falsas.
- (E) Todos os canais digitais de contato com o cidadão devem ter crescimento orgânico, estando proibidas quaisquer ações que impulsionem o conteúdo nas redes.

68

A transparência pública pode ser ativa ou passiva. Quanto à segunda categoria, o *Guia de Orientações para cumprimento da Lei de Acesso à Informação por Estados e Municípios*, editado pela Controladoria-Geral da União, indica que

- (A) o site próprio deve ser substituído por perfis oficiais em redes sociais como Instagram, Facebook e Twitter, para promover a transparência e chegar mais facilmente aos cidadãos.
- (B) deve existir um Serviço de Informação ao Cidadão, instalado em local físico, com condições apropriadas para atender e orientar o público e receber e tratar os pedidos de acesso à informação.
- (C) haja compartilhamento do site oficial, apenas se tiver o domínio "gov.br", com o de outras entidades e municípios do mesmo estado para otimizar as ações de comunicação e acessar mais cidadãos.
- (D) as informações disponíveis nos sites oficiais devem ser formatadas para possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, para facilitar sua análise.
- (E) os sites oficiais devem disponibilizar informações concernentes aos procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como os contratos celebrados.

69

O processo de planejamento e organização de eventos envolve quatro fases, a saber:

- concepção;
- pré-evento;
- transevento; e
- pós-evento.

Assinale a opção que indica as ações previstas para a terceira fase.

- (A) Coleta de informações sobre possíveis participantes, apoiadores e patrocinadores, e elaboração da listagem dos resultados desejados com o evento.
- (B) Recepção e entrega de materiais aos participantes, convidados e autoridades e atendimento ao plenário e às salas de comissões.
- (C) Identificação, seleção e contratação de prestadores de serviços necessários para a organização e condução do cerimonial do evento.
- (D) Avaliação técnica, administrativa e dos participantes a partir da confrontação dos resultados esperados com os obtidos ao longo do evento.
- (E) Preparação das estimativas de exequibilidade econômica e técnica e de tempo e recursos necessários para realização do evento.

70

Leia o fragmento a seguir.

*A atuação da Assessoria de Imprensa visa facilitar e agilizar o trabalho de apuração dos \_\_\_, os quais também podem solicitar demandas pelo(a) \_\_\_, porém com prazo legal maior para recebimento da resposta.*

*A Assessoria de Imprensa atende diretamente aos \_\_\_, o que beneficia indiretamente \_\_\_, que tem acesso às notícias e reportagens sobre o Poder Legislativo produzidas pelos diversos grupos de comunicação do país. As diretrizes que nortelam o trabalho dos assessores de imprensa são transparência, atendimento igualitário a todos os veículos e confiabilidade e correção das respostas fornecidas. Tais diretrizes melhoram a qualidade das informações sobre a Câmara que são publicadas na imprensa e promovem maior interesse da população pelo processo democrático. Na redação das respostas, busca-se adotar os princípios da linguagem \_\_\_. Os termos técnicos são explicados de forma clara, precisa e concisa. São \_\_\_, adjetivos, opiniões e interpretações de normas e leis.*

*(Manual de Comunicação da Câmara dos Deputados, 2025.)*

Assinale a opção que apresenta os termos que completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) cidadãos – Serviço de Informação ao Cidadão – requerentes – o eleitor – neutra – obrigatórios
- (B) produtores de conteúdo – portal da Câmara dos Deputados – interagentes – os internautas – laudatória – priorizados
- (C) assessores parlamentares – LAI – colaboradores – os deputados – publicitária – proibidos
- (D) jornalistas – LGPD – repórteres – os líderes das bancadas – fácil – ressaltados
- (E) repórteres – Lei de Acesso à Informação – jornalistas – o cidadão – simples – evitados

71

Sobre os prazos para atendimento das solicitações de informações via Lei de Acesso à Informação (LAI), o *Guia de Orientações para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação por Estados e Municípios* reforça que

*Sempre que possível, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) deve fornecer imediatamente a informação ao cidadão. Caso o atendimento não possa ser imediato, a LAI estabelece que os órgãos devem responder o pedido em até \_\_\_\_\_, com a possibilidade de prorrogar o prazo por mais \_\_\_\_\_. A prorrogação sempre deve ser justificada pelo órgão e deve ser feita antes de o prazo inicial acabar. Quando o cidadão se sentir insatisfeito com a resposta recebida, ele poderá interpor recurso no prazo de até \_\_\_\_\_, a contar do recebimento da resposta. Todos os órgãos públicos devem ter pelo menos uma instância recursal, a qual deve ser uma autoridade hierarquicamente superior à que respondeu ao pedido inicial. O prazo para responder o recurso é de \_\_\_\_\_.*

(CGU: 2024. Adaptado)

Assinale a opção que completa corretamente o texto acima.

- (A) 45 dias – 20 dias – 5 dias – 72 horas  
 (B) 15 dias – 5 dias – 72 horas – 48 horas  
 (C) 20 dias – 10 dias – 10 dias – 5 dias  
 (D) 30 dias – 15 dias – 15 dias – 10 dias  
 (E) 30 dias úteis – 10 dias úteis – 5 dias corridos – 3 dias úteis

72

A Associação Brasileira de Comunicação Pública estabeleceu diretrizes para orientar o uso responsável da comunicação digital por instituições públicas, com objetivo de “fortalecer um ambiente comunicacional ético, inclusivo e comprometido com a verdade factual e os valores democráticos”.

Sobre as estratégias para estimular o engajamento, avalie as afirmativas a seguir.

- A comunicação digital deve ser acessível, interativa e colaborativa e os recursos multimídia, como vídeos, infográficos e transmissões ao vivo tendem a favorecer a retenção e compartilhamento da informação.
- Deve-se considerar a utilização de memes e bordões típicos da internet, quando estes auxiliarem na transmissão da mensagem e na compreensão dos assuntos.
- Os formatos e a linguagem escolhidos devem priorizar a interação e o engajamento, ampliando a disseminação de informação verdadeira e, incentivando a participação popular, valorizando ainda recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.  
 (B) I e II, apenas.  
 (C) I e III, apenas.  
 (D) II e III, apenas.  
 (E) I, II e III.

73

Edney Souza e Barbara Neves defendem que deve haver um KPI para cada uma das cinco fases do processo de aquisição de audiência no ambiente digital.

Nesse aspecto, os dados relativos ao alcance, às impressões e às páginas por leitor são alguns dos adequados para aferir a(o)

- (A) fidelização.  
 (B) engajamento.  
 (C) visibilidade.  
 (D) indicações.  
 (E) conversão.

74

A Associação Brasileira de Comunicação Pública, em meados de 2024, emitiu uma recomendação de princípios, conceitos e diretrizes para adoção de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) nos processos de comunicação, no âmbito da Administração Pública.

Sobre essa adoção, recomenda-se que

- (A) o processo de verificação e validação de produtos de comunicação gerados por IA seja feito, preferencialmente, por instituições públicas referenciadas.  
 (B) o emprego de Inteligência Artificial Preditiva seja preferencial em relação à Inteligência Artificial Generativa.  
 (C) não haja responsabilização do ser humano frente a produções decorrentes do uso de IA.  
 (D) o uso de ferramentas de IA como fontes de informações para elaboração de produtos de comunicação seja progressivo.  
 (E) a IA substitua o ser humano em atividades-fim específicas da comunicação, desde que ele seja deslocado para outra função.

75

Em cerimônias realizadas no Estado do Rio de Janeiro, segundo o Decreto nº 70.274/1972, que estabelece as normas do ceremonial público e a ordem geral de precedência, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro virá imediatamente após o

- (A) Governador.  
 (B) Vice-Governador.  
 (C) Prefeito da capital.  
 (D) Presidente do Tribunal de Justiça.  
 (E) Militar de mais alta patente.

76

Analise o fragmento a seguir.

*O Art. 8º do Decreto nº 70.274/1972 determina a precedência entre os Governadores dos Estados, do Distrito Federal com base na ordem \_\_\_\_\_, sendo os três primeiros \_\_\_\_\_.*

Assinale a opção que apresenta os termos que completam corretamente o fragmento.

- (A) de constituição histórica – Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão  
 (B) alfabética – Acre, Alagoas e Amapá  
 (C) regional iniciando pelo DF – Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso  
 (D) de data de fundação – Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo  
 (E) de contribuição para o PIB – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

77

O Decreto nº 70.274/1972, que aprova as normas do ceremonial público e a ordem geral de precedência, determina que a bandeira nacional deve ser

- (A) hasteada uma vez por semana nos edifícios-sede dos poderes executivo, legislativo e Judiciário dos Estados, Territórios e Distrito Federal.  
 (B) a última a atingir o topo e a primeira a dele descer, quando for hasteada com outras bandeiras.  
 (C) hasteada, obrigatoriamente, nos dias de festa ou de luto nacional, em todas as repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino.  
 (D) hasteada obrigatoriamente às 8 horas e arriada às 18 horas em todas os estabelecimentos de ensino públicos municipais, estaduais e federais.  
 (E) conduzida em desfile logo atrás das bandeiras do Município e do Estado, onde ocorre a cerimônia oficial.

78

É comum recorrer a efemérides para montar previamente um calendário de publicações em perfis institucionais no *Instagram*. Assinale a opção que apresenta a postagem realizada no perfil da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no *Instagram*, em que essa estratégia foi utilizada.

(A)



Publicado em 27/11/2025



Publicado em 28/07/2025

(C)



Publicado em 22/09/2025

(D)



Publicado em 31/10/2025

(E)



Publicado em 24/07/2025

80

Os serviços e programas sociais têm como objetivo promover mudanças sociais, as quais podem ser divididas, segundo Kotler e Lee (2007), em:

- I. mudança cognitiva;
- II. mudança de ação;
- III. mudança de comportamento;
- IV. mudança de valor.

Assinale a opção na qual a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em sua comunicação institucional, aposta no segundo tipo de mudança.

(A) 

**ALERJ REALIZA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA GRIPE**  
Imunização é aberta ao público e acontecerá em 100% das 196 sedes da Alerj

(B) 

**PARABÉNS AO CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO**  
CAMPEÃO DA TACA LIBERTADORES 2013  
E PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E MATERIAL DO ESTADO DO RIO  
LEI 10.865/25

(C) 

NUMA SOCIEDADE RACISTA,  
NÃO BASTA NÃO SER RACISTA.  
É NECESSÁRIO SER ANTIRRACISTA.  
LEI 10.983/25

INCENTIVO PARA AS INDÚSTRIAS

(D) 

INCENTIVO PARA AS INDÚSTRIAS

LEI 10.983/25

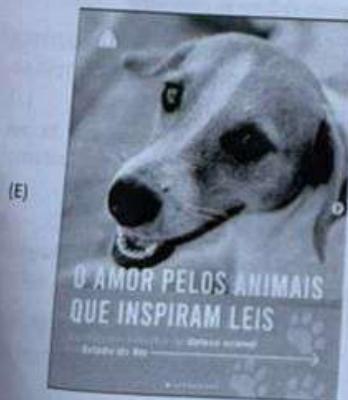
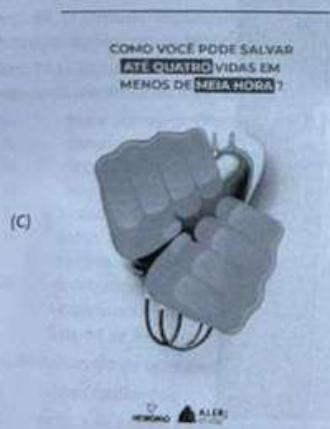
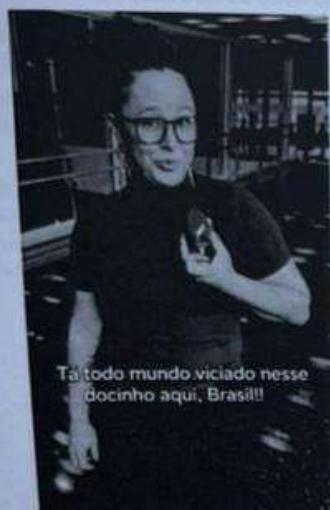
PLANO DE FORTALECIMENTO DE SAÚDE NAS FAUVELAS JÁ BENEFICIOU 636 MIL PESSOAS COM DOAÇÃO DE R\$ 20 MILHÕES DA ALERJ

(E) 

PLANO DE FORTALECIMENTO DE SAÚDE NAS FAUVELAS JÁ BENEFICIOU 636 MIL PESSOAS COM DOAÇÃO DE R\$ 20 MILHÕES DA ALERJ

O Google Trends apresenta-se como uma ferramenta que "fornecê uma amostra aleatória de pesquisas agregadas, anonimizadas e categorizadas do Google e do YouTube. Ele permite analisar o interesse em uma consulta ou um tópico específico em todo o mundo ou no nível geográfico de uma cidade."

A Assembleia do Estado do Rio de Janeiro utilizou a estratégia de se referir a uma *trend* em



## QUESTÃO DISCURSIVA

Leia alguns trechos da Lei nº 10.994, que institui, "no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o "Pacote de Enfrentamento ao Crime-PEC-RJ", conjunto de medidas destinadas ao enfrentamento da criminalidade, à preservação da Ordem Pública e ao reforço da efetividade penal e dá outras providências"

### CAPÍTULO I

#### DA IMPLANTAÇÃO DO CERCO ELETRÔNICO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA MONITORAMENTO DE EGRESOS REINCIDENTES EM CRIMES COM VIOLENCIA OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA OU QUE INTEGRE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

(...)

**Art. 2º** O Poder Executivo implantará, por meio de seus órgãos de segurança pública estadual, o sistema integrado de monitoramento eletrônico inteligente, com uso de inteligência artificial, reconhecimento facial e análise de dados, destinado à vigilância técnica e automatizada de egressos do sistema prisional estadual com histórico de condenações transitadas em julgado por crimes violentos ou integrantes de organizações criminosas.

**§ 1º** O sistema poderá integrar, em tempo real, câmeras de vigilância urbana públicas e privadas, equipamentos de captação móvel, bases de dados de antecedentes criminais, sistemas de reconhecimento biométrico, softwares de análise comportamental e tecnologias de georreferenciamento, formando um ambiente de monitoramento dinâmico voltado à prevenção de novas condutas delitivas.

**§ 2º** O monitoramento em tempo real por geolocalização de medidas cautelares, deve ser compartilhado entre os órgãos de segurança pública para geração de alertas específicos, especialmente aqueles que envolvam delitos de violência doméstica.

**§ 3º** O histórico das localizações deverá ser compartilhado sistematicamente com a Polícia Civil a quem caberá investigações por análises de vínculos visando elucidação de delitos.

**§ 4º** As localizações em tempo real deverão ser compartilhadas sistematicamente com a Polícia Militar para casos de descumprimento de medidas cautelares ou complementação de ocorrências emergenciais do sistema 190.

(...)

**Art. 6º** O sistema implantado será denominado "Sistema Estadual de Cerco Eletrônico Inteligente – SISCEI/RJ", integrando a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social como instrumento permanente de prevenção e combate à reincidência criminal.

**Art. 7º** O Sistema Estadual de Cerco Eletrônico Inteligente – SISCEI/RJ – contará com banco de dados próprios, com cadastro específico dos egressos monitorados e pessoas procuradas, contendo, no mínimo:

- I. nome completo, filiação, data de nascimento, CPF, facção criminosa e fotografias atualizadas;
- II. número do processo e naturezas dos crimes a que respondeu ou responde;
- III. data de saída do sistema prisional, regime em que foi concedida a liberdade e medidas cautelares impostas;
- IV. área de residência declarada e eventuais zonas de restrição judicialmente determinadas;
- V. histórico de reincidência e reincidência presumida com base em relatório de inteligência policial;
- VI. dados de geolocalização provenientes de tornozeleira eletrônica ou dispositivos similares, veículos em seu nome ou outras fontes que possam identificar a localização do mesmo; e
- VII. documentos de anotações onde constar como acusado em Registros de Ocorrência – ressalvados as documentações protegidas por inquéritos em andamento, Boletins de Ocorrência da Polícia Militar, bem como denúncias provenientes do Disque-Denúncia ou do Sistema de Atendimento Emergencial do 190 – ressalvando o completo anonimato do denunciante.

**Art. 8º** A inclusão de um egresso no monitoramento intensivo do sistema se dará nos casos de:

- I. crimes hediondos;
- II. prática de crimes relacionados ou ligados à facções criminosas;
- III. evasão do sistema penal; e
- IV. descumprimento de medida cautelar.

### CAPÍTULO II

#### DA RESTRIÇÃO À VISITA ÍNTIMA PARA CONDENADOS POR CRIMES HEDIONDOS OU COM VIOLENCIA OU GRAVE AMEAÇA

(...)

**Art. 12.** Fica vedado, nos estabelecimentos prisionais estaduais, o direito à visita íntima aos apenados condenados, por sentença penal transitada em julgado, pela prática de:

- I. crimes hediondos, nos termos da Lei Federal nº 8.072/1990;
- II. crimes dolosos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa.

Parágrafo único. Não se admitirá a visita conjugal por pessoa que se encontre cumprindo pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos nos estabelecimentos prisionais estaduais.

### CAPÍTULO III

#### DO RESSARCIMENTO PARCIAL DOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO PELOS INTERNOS DO SISTEMA PRISIONAL

(...)

**Art. 13.** O Estado poderá regulamentar, por meio de ato normativo próprio, a cobrança parcial dos custos de manutenção carcerária dos apenados, nos termos do art. 29, § 1º, da Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/1984).

§ 1º O ressarcimento será limitado às despesas com alimentação, vestuário e higiene pessoal, e sua cobrança será proporcional à capacidade econômica do apenado, aferida em procedimento administrativo com ampla defesa e contraditório.

§ 2º Serão considerados aptos à cobrança os apenados que:

- I. possuïrem vínculo formal de trabalho, atividade laborativa remunerada dentro ou fora da unidade prisional;
- II. forem titulares de bens, direitos ou fontes de renda, direta ou indiretamente, capazes de custear minimamente sua manutenção;
- III. receberem auxílio financeiro mensal de terceiros em valor igual ou superior a dois salários-mínimos;
- IV. apresentarem indícios públicos e contemporâneos de padrão de vida elevado ou ostentação de riqueza, incompatíveis com a alegada incapacidade econômica.

§ 3º Os valores arrecadados serão destinados exclusivamente ao Fundo Estadual de Administração Penitenciária e deverão ser aplicados prioritariamente na melhoria das condições de custódia, alimentação e ressocialização dos internos.

§ 7º Do total dos valores arrecadados com base no ressarcimento parcial dos custos de manutenção carcerária de que trata o caput deste artigo, parte será necessariamente destinada a programas de educação, qualificação profissional, trabalho, saúde e assistência social, destinados aos apenados e egressos do sistema prisional.

**Art. 14.** O disposto neste Capítulo não se aplica aos apenados reconhecidamente hipossuficientes, salvo manifestação expressa em contrário, nem poderá afetar o recebimento de benefícios de assistência social ou alimentar garantidos em legislação específica.

#### CAPÍTULO IV

##### DA INTERNAÇÃO MÍNIMA DE DOIS ANOS PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS PRATICADOS COM VIOLENCIA OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA

**Art. 15.** O Estado do Rio de Janeiro, no âmbito de sua competência normativa complementar, estabelecerá diretriz para que atos infracionais cometidos mediante violência ou grave ameaça à pessoa ensejem a aplicação de medida socioeducativa de internação com duração mínima de 2 (dois) anos, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e das diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

§ 1º A aplicação da medida observará a gravidade concreta do ato infracional, a existência de reiteradas práticas de infrações violentas e o risco social apresentado pelo adolescente.

Com base nas informações da lei, em seus conhecimentos adicionais sobre os impactos do Pacote de Enfrentamento ao Crime – PEC-RJ para o Estado do Rio de Janeiro e ainda sobre os ambientes digitais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, pede-se o planejamento de duas publicações para serem veiculadas em ambientes digitais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

- A) A primeira será publicada no perfil do Instagram Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ainda durante o recesso parlamentar, sob forma de #TBT. Ela deve ser um carrossel de 5 imagens fixas (fotografias, ilustrações, gráficos ou textos) apresentando os principais aspectos do Pacote de Enfrentamento ao Crime – PEC-RJ. O carrossel será acompanhado de um texto de até 6 linhas. Informe em linhas gerais quais seriam as imagens e redija o texto.
- B) A segunda será publicada no canal Alerj Digital no YouTube, no formato shorts, ao final do recesso parlamentar. O vídeo de até 1 (um) minuto, tratará dos principais aspectos o Pacote de Enfrentamento ao Crime – PEC-RJ. Informe em linhas gerais a estética do vídeo e redija o texto.